

PROGRAMA DA UNIDADE POPULAR PELO SOCIALISMO (UP) PARA MINAS GERAIS.

A Unidade Popular (UP), mais novo partido de esquerda, revolucionário, legalmente existente a partir de dezembro de 2019, vai disputar as eleições gerais de 2022, em todos os cargos.

Importante mostrar, de início, nosso ponto de vista de participação nas eleições e qual vai ser o comportamento de nossos candidatos eleitos.

A UP é composta de vários movimentos como o MLB (Movimento de luta dos bairros, vilas e favelas), do Movimento de Mulheres Olga Benário, da ação sindical Movimento Luta de Classes (MLC), do movimento estudantil Correnteza, dos estudantes secundaristas e da juventude UJR. Logo, é composta de movimentos populares e de trabalhadores de grande atuação nas suas respectivas áreas. Daí que seus candidatos vão sair desses setores e ter uma participação nos seus mandatos, de acordo com suas origens.

A UP não quer ter eleitos só para atuação parlamentar, ou governamental, de maneira que possa dizer: temos tantos deputados, governadores, ou presidente, que fiquem só em seus gabinetes, longe das ruas de onde vieram. **A atuação desses eleitos deve ser revolucionária, continuar e ampliar os movimentos que fazia, dar apoio a outros, estimular a participação popular e dos trabalhadores sempre, incluindo os movimentos de negros, indígenas, quilombolas e LGBTQIA+.** Queremos ter governadores (as) e deputados (as) que vão às periferias, que pisem no chão das ocupações, que participem das reivindicações dos trabalhadores, que estimulem a construção de casas populares pelos próprios moradores, que ouçam os movimentos sindicais, seguindo nessa linha. Também nosso presidente eleito deve atuar nessa linha e não ficar no Palácio do Planalto, em reunião com os ministros e recebendo grandes capitalistas e banqueiros.

De maneira que este programa é fruto de debates e discussões de dezenas de companheiros e companheiras, filiados e aliados, de todos os níveis, com propostas para o governo de Minas Gerais e outros cargos, para ser amplamente discutido e divulgado, junto à população, nas praças, ruas, avenidas, becos, vielas, zonas rurais e em todos os rincões do estado.

Este programa é fruto de debates e discussões de dezenas de companheiros e companheiras filiados e filiadas, aliados e aliadas do mais novo partido a ser legalizado no Brasil. Este programa é um conjunto de propostas para o Governo de Minas Gerais que será amplamente divulgado e socializado junto à população nas praças, ruas, avenidas, becos, vielas, zonas rurais e todos os rincões das Minas Gerais.

O programa está dividido em 8 Eixos que juntos somam 80 propostas para transformar nosso estado em um lugar de soberania popular e de avanço para os trabalhadores e trabalhadoras da cidade e do campo.

No momento em que 63% da população se encontra em insegurança alimentar (não têm acesso adequado a alimentação) e destes, 33 milhões passam fome todo dia, dependendo de doações ou catando comida nos lixos, fica mais claro para todos, que isso é resultado da divisão de classes no capitalismo, onde poucos acumulam imensas riquezas, enquanto a maioria da população encontra-se na miséria, ou à beira da miséria. Fica muito claro, então, que os trabalhadores e o povo brasileiro, no geral, precisam de um partido revolucionário.

Aqui está o fruto de debates e discussões. Nesse sentido, apresentamos aos povos urbanos, rurais, quilombolas e indígenas que habitam essa terra das Minas Gerais um programa para revolucionarmos Minas Gerais e o Brasil.

Por isso Defendemos!

Eixo 1 – Terra para os Povos de Minas Gerais!

Romper as cadeias de exploração minerária!

- 1) A imediata punição das mineradoras responsáveis pelos crimes cometidos na bacia do rio Doce e rio Paraopeba;
- 2) A reparação integral e o reassentamento das comunidades atingidas pelos crimes na bacia do rio Doce e rio Paraopeba;
- 3) A garantia do direito a Assessoria Técnica Independente para as comunidades que vivem com barragens de rejeitos da mineração;
- 4) A garantia do reassentamento e a indenização as comunidades que não se sentem mais seguras devido ao risco de rompimento da barragem e o terrorismo praticado pelas mineradoras;
- 5) A efetivação da lei “Mar de Lama Nunca Mais” em sua versão original que foi construída conjuntamente com as comunidades;
- 6) A determinação de Zonas Livres de Mineração no estado de Minas Gerais e a garantia do direito das comunidades em dizer "não" aos projetos de mineração;

- 7) A revogação da Lei no 21.972 e seus decretos. Criação de leis que regulamentem a questão priorizando a necessidade das populações atingidas. Elaboração e efetivação de uma política pública, no âmbito estadual, para o monitoramento e fiscalização de barragens, não mais permitindo o “automonitoramento” que é feito pelas próprias mineradoras que contratam uma consultoria de sua preferência.
- 8) Tornar obrigatório o uso de tecnologias mais eficientes para o processo de extração e beneficiamento de minério. Isso será determinado pelo poder público.
- 9) O fortalecimento dos órgãos ambientais e a ampliação da participação da sociedade civil nos mesmos; O fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas;
- 10) A criação de Conselhos Populares da Mineração nos territórios mineradores, de caráter deliberativo, no qual a atividade mineral seja orientada pelos interesses das comunidades, com ampla participação da população local e dos trabalhadores da mineração;
- 11) Criar fundos de incentivo a diversificação da matriz econômica nos territórios historicamente explorados pela mineração, visando reduzir a dependência econômica dos mesmo a indústria mineral, como, por exemplo, promovendo o fortalecimento da agricultura familiar e agroecológica;
- 12) Aumentar a porcentagem da CFEM e criar Conselhos Populares nos municípios para fiscalização e monitoramento dos recursos da CFEM, garantido, obrigatoriamente, repasses à saúde e educação. Para as minas com grande lucro, deverá haver acréscimos na CFEM; Criar um Conselho de fiscalização das condições de saúde e segurança dos trabalhadores da mineração vinculado ao Sistema Único de Saúde.
- 14) Desapropriação dos ativos das grandes empresas mineradoras locais, nacionais e multinacionais, passando tais ativos à administração direta dos trabalhadores e do estado.

15) Criação do Fundo do Povo para a Moradia, proveniente do aumento da % da CFEM paga ao estado, esse fundo serviria principalmente para construção de moradias populares em territórios mineradores, onde a especulação imobiliária é muito forte e joga a população para viver em áreas de risco(encostas ou beira de rios).

16) Lutar pela Reestatização da Vale e a Expropriação por parte do Estado de todas a cadeia de empresas mineradoras.

17) - Fortalecer o processo de retomada das terras pelos povos indígenas e quilombolas, bem como de outros povos do campo, floresta, água e cidade.¹ Esse fortalecimento inclui tanto a garantia do controle desses povos sobre as terras já demarcadas (com expulsão dos invasores) e retomada de terras não demarcadas. Entende-se que o Brasil é do povo negro, indígena e pobre – a ele pertence a terra.

18) Retomar os meios de produção:

19) Retomar o poder de contar a nossa história, através do apoio e divulgação ampla de estudos que contem a história do nosso povo a partir da luta dos oprimidos e explorados, em toda sua complexidade. Retomar nossa identidade através do fortalecimento do autorreconhecimento étnico e racial a partir da história do nosso povo, como forma de combate as ideologias raciais-coloniais.

20) Realizar de um amplo debate com a sociedade sobre as conexões entre as lutas dos povos do campo, da floresta e das águas e das cidades. Busca-se trocar experiências de luta entre os povos que guardam saberes ancestrais (sejam elas urbanas ou não)² e as lutas urbanas de surgimento mais recente, como as ocupações e as favelas. É o povo explorado e oprimido de todas as partes, com suas diferentes tradições de luta, somados para retomar o que é nosso e refundar nosso estado e país.

1 Povos de cidade incluem tanto grupos étnicos que vivem em espaços urbanos quanto lutas populares mais recentes.

2 Políticas neoliberais reduzem os povos étnicos àqueles que moram no campo, floresta e água. Com isso, tem-se ignorado que povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, entre outros existem nas cidades e que enfrentam desafios específicos devido a sua localização.

21) Retomar o poder do estado através do fortalecimento da participação e poder popular pela (1) criação de um conselho deliberativo que reúna povos do campo, floresta, águas e cidades para discutir políticas de desenvolvimento³ e (2) definição da alocação de recursos do estado junto a práticas de orçamento participativo que priorizem estes povos.

22) Reconhecer da natureza como ser de direito. Aprendemos com as comunidades que guardam saberes ancestrais que a vida depende da natureza. Ela é sagrada. Propomos um governo que se guie com base nisso, e que foque em práticas produtivas que respeitem este sagrado e não o destruam.

23) Retomar e desenvolver formas de produção e industrialização não-extrativistas e exploratórias, que fortaleçam a relação humana com a biodiversidade e comunidades populares.

24) Mapear e fortalecer projetos socioprodutivos de base comunitária, de forma que eles tenham acesso a conhecimento técnico e bases materiais para se tornarem base da economia do estado.

25) Retomar a educação através da contra-colonização dos espaços de aprendizagem. Propõe-se recuperar os saberes ancestrais e revolucionários e inclui-los em todos os programas de estudo.

26) Impulsionar a pedagogia de povos que guardam saberes ancestrais no sistema educativo primário até o universitário.

27) Romper com o modelo de universidade colonial guiadas por formas de produzir saberes que se baseiam no extrativismo do conhecimento ancestral e popular. Transformar a universidade em espaço de encontro de comunidades e seus saberes.

³ Esse conselho se inspira nas diversas experiências de gestão participativa que se consolidaram nas primeiras décadas deste século no Brasil, bem como no exterior. Contudo, não queremos reduzir o conselho a um órgão consultivo que visa pensar em políticas públicas para a inclusão de grupos étnicos em um sistema capitalista. Nossa proposta é construir um conselho que delibere sobre o que significa desenvolvimento, movimente esse debate na sociedade como um todo, e fomenta o bem viver como eixo principal de toda política econômica.

28) Valorizar as tecnologias ancestrais de produção e popularizar o conhecimento técnico sobre produção tecnológica moderna para que as pessoas, principalmente a juventude, possam pesquisar, criar e formular políticas para desenvolvimento de suas comunidades.

29) Reconhecer e valorizar os saberes ancestrais dentro do SUS, bem como promover uma política de saúde integral que considere as especificidades dos povos do campo, floresta, águas e cidades.

Eixo 2 – Que o Povo Exerça Plenos Direitos!

30) Revogação do Novo Ensino Médio que precariza o ensino e o trabalho dos professores e professoras.

31) Cumprimento da Lei do Piso Nacional da Educação. O Governo Zema não cumpre a lei do piso. Pagando um dos salários mais baixos aos trabalhadores e trabalhadoras em Educação do Brasil. Concurso Público para os trabalhadores da Educação realizado em caráter imediato, a fim de extinguir postos vacantes de profissionais em toda a rede pública de Minas Gerais.

32) Defendemos o Fim da Emenda Constitucional 95 que congelou o orçamento para as áreas sociais, como educação e saúde, para priorizar o pagamento da dívida pública.

33) Programa de Ensino Técnico na rede estadual, integrando os estudantes do ensino médio às profissões existentes nas Empresas Públicas do Estado, como Cemig, Copasa, Prodemg, MGS, CODEMIG entre outras.

34) Fortalecimento da Universidade Estadual de Minas Gerais – UEMG e da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. Garantido concurso público para trabalhadores, ampliação estrutural e abertura de vagas nas instituições. Fortalecimento da ULTRAMIG. Ampliando relações com as escolas da rede estadual.

35) Fim do processo de militarização e de municipalização das escolas.

36) Fim do processo de privatização das escolas das redes estaduais praticados pelo governo Zema. Como a gestão de Organizações Sociais e Fundações de bancos que financiam a educação para seu retorno financeiro imediato.

37) Retirar a polícia ostensiva de rua (que é a PM) do regime administrativo militar. O policial deve ser um Servidor civil, sem subordinação à hiperverticalização de relações funcionais e sociais imposta pelos regulamentos e leis militares.

38) Modificar o art. 144 da Constituição e retirar a posição da polícia militar como "força auxiliar e reserva do Exército". Hoje a PM tem meio que dois comandos ela é subordinada ao governo de estado ou DF - que é civil - e é subordinada também (desde a ditadura, desde antes da Constituição) à Inspetoria Geral das Polícias Militares, que é um órgão do Comando de Operações Terrestres (COTer) do Exército. Tem que cortar a relação entre as PMs e o Exército (ou qualquer das forças armadas).

39) Policiais são trabalhadores - e que tem seus direitos trabalhistas violados cotidianamente, pelo assédio moral nos quartéis, pelas ordens abusivas e que os colocam em risco desnecessário ou que os fazem brutalizar a população civil - o que gera muitos suicídios e adoecimento psíquicos graves. Portanto, devem ter o direito de se sindicalizarem e de fazer greve (mas é importante que, para isso, o grosso da PM não esteja armado com armas de fogo, só destacamento especiais; direito à greve e à sindicalização deve vir junto com a diminuição da letalidade policial e a modificação do padrão de policiamento geral, para algo menos agressivo, e mais eficiente.

40) Fortalecimento do Sistema Único de Saúde através de investimentos na área.

41) Garantia do funcionamento da saúde pública em todos o estado abrangido povos indígenas, quilombolas, zonas rurais e áreas urbanas.

42) Fortalecimento da Fundação Ezequiel Dias.

Eixo 3 – As Cidades a Serviço do Povo

Mobilidade sob Controle Popular!

- 43) Reforma Urbana em caráter imediato.
- 44) Reconhecimento e urbanização de todas as Ocupações Urbanas em nosso estado.
- 45) Criação de Empresa Pública Estadual de Transporte e Estatização do Transporte Urbano Coletivo.
- 46) Retorno do SUBURBIO – Trem Urbano de passageiro em toda Região Metropolitana de Belo Horizonte.
- 47) Trens de passageiros em todo o estado de Minas Gerais.

Eixo 4 - Políticas Públicas para o Povo

- 48) Ampliar a rede de escolas estaduais, com atenção principal em áreas rurais, terras indígenas e quilombolas;
- 49) Recompôr o ampliar o orçamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), prevendo alocação de recursos específicos para projetos de pesquisa e extensão da UEMG e da Unimontes;
- 50) Monitorar e consolidar a aplicação do Plano Estadual de Educação (Lei estadual nº 12.197/2018);
- 51) Elaborar o Plano Estadual de Assistência Estudantil que envolva a rede básica e o ensino superior.

52) Desenvolver canais de diálogo entre o estado de Minas Gerais e as Universidades e Institutos Federais para a promoção da ciência e elaboração de projetos conjuntos entre o estado e as instituições de ensino.

53) Implementar o passe livre estudantil para os estudantes mineiros;

54) Promover campanhas de inclusão e respeito a diversidade no estado de Minas Gerais, principalmente nas escolas estaduais; Criar uma rede de referência para pessoas LGBTQIA+, envolvendo iniciativas da sociedade civil e órgãos do governamentais para a formação profissional e o combate a violência a membros dessa comunidade;

55) Implementar cotas para pessoas trans e travestis nas universidades estaduais de Minas Gerais;

56) Criar ambulatórios especializados para pessoas LGBTQIA+ nos principais hospitais do estado.

57) Criar o Programa Juventude Viva, que construirá junto aos municípios centros de convivência nas áreas pobres, bairros periféricos e favelas do estado, para a promoção de cursos de formação, realização de atividades culturais e aulas de esportes;

58) Desenvolver campanhas audiovisuais de combate a violência;

59) Criar o Programa Emprego Jovem, que utilizará da ciência de Treinamento Desenvolvimento e Educação (TD&E) para identificar competências globais dos jovens, mapear os problemas existentes atualmente para a empregabilidade da juventude, e a partir disso, desenvolver cursos de formação profissional e orientação de carreira para jovens mineiros;

60) Recriar o Programa Transformar, vinculado a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais, a partir da Emater-MG, visando a formação cidadã, crítica e profissional de jovens rurais e implementação de projetos produtivos com geração de ocupação e renda, com valorização da cultura local, sem comprometimento dos recursos naturais.

61) Promover campanhas de prevenção ao suicídio não só em setembro, mas o ano todo;

62) Promover campanhas sobre a importância do uso de preservativos não só para o combate a gravidez na juventude, como também para a prevenção geral de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs)

63) Tratar o uso de drogas como questão de saúde pública, não como questão de polícia, promovendo cursos de formação para a Polícia Militar sobre o tema e, para a juventude desenvolver campanhas estaduais sobre os malefícios do uso de drogas;

64) Desenvolver campanhas sobre a valorização do esporte como agente fundamental para assegurar a saúde mental

Eixo 5 – Ousar! Valorizar! Nossa Cultura Popular!

65) Promover editais específicos para eventos culturais idealizados por jovens para jovens;

66) Desenvolver, a partir da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo, eventos culturais voltados a juventude nas diversas regiões do estado mineiro; Incentivar iniciativas culturais dissidentes;

67) Criar política estadual de incentivo ao acesso à cultura para jovens de baixa renda, como redução dos preços em eventos culturais organizados pelo estado;

68) Garantir Políticas de Incentivo à Cultura com escolas públicas de artes e liberação de grande parte do orçamento para atividades culturais.

69) Preservação e ampliação do reconhecimento dos Patrimônios Históricos e Culturais do nosso povo mineiro.

Eixo 6 – Trabalho Digno para o povo!

70) Fortalecimento das Estatais Mineiras (CEMIG, COPASA, CODEMIG, PRODEMGE, MGS, entre outras) e do Serviço Público em Geral.

71) Regulamentação dos Trabalhadores de Aplicativo. Leis que garantam o cumprimento do Vínculo Empregatício. Para isso devemos trabalhar pela revogação das Leis Trabalhista e da Terceirização.

72) Garantir a Jornada de Trabalho de 6 horas diárias para todos os trabalhadores e trabalhadoras.

73) Investir em captação de água da chuva em Berilo com os trabalhadores da ocupação Santo Izidoro (Vale do Jequitinhonha). Realizar esse tipo de apoio em todas as Microrregiões do estado. Investir em tecnologias para desenvolvimento das comunidades e em logística para escoar os produtos. Criação de projeto de segurança alimentar onde o próprio governo também compre esses produtos. Fortalecer a agricultura familiar no norte de Minas e Vale do Jequitinhonha para enfrentar a monocultura do eucalipto. Assim reconstruiremos a econômica dessas regiões a fim de manter o trabalhador em sua própria terra.

74) Combater firmemente o trabalho escravo. Não tem como falar no enfrentamento do trabalho escravo se não houver um trabalho conjunto de governos federal, estadual e municipal no sentido de garantir investimento financeiro pesado nas ações e boa vontade política.

75) A Emenda Constitucional 81 que altera o art. 243 da CF/88 fala da expropriação de terras de criminosos que praticam a escravidão, para a reforma agrária em âmbito federal,

Eixo 7 – O Orçamento Público sob controle do Povo Mineiro

76) Fim da Lei Kandir! Taxar grandes empresas estrangeiras para garantir a permanência dos lucros em nosso estado. Fim das remessas de lucros para o estrangeiro.

77) Auditoria Cidadã da Dívida para comprovar que o endividamento é um mecanismo de roubo dos recursos do povo.

Eixo 8 – Ciência e Tecnologia Popular

Formar um Povo Verdadeiramente Soberano!

78) Coletivização e industrialização do campo. Automação da indústria e tecnologia da informação

79) Reformulação arquitetônica e de saneamento dos aglomerados populacionais e da cidade. Além disso devemos integrar as cidades, do Brasil e da América latina através de vias de transporte

80) Criação e Fortalecimento Indústria de energias renováveis, semicondutores, catalises e fármacos. Criação de Centros de pesquisas para desenvolvimento de novas tecnologias.